

**Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3057, de 2000, do Sr. Bispo Wanderval, que "inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único" (estabelecendo que, para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação por outro órgão). (PL 3057/00)**

**PROJETO DE LEI Nº 3.057, DE 2000**  
(do Sr. Bispo Wanderval)

*Inclui § 2º no art. 41, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único.*

**EMENDA ADITIVA Nº     de 2006**  
**(Do Sr. Walter Feldman)**

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

**Art. \_\_\_\_.** Poderá ser dispensada a escritura pública nos negócios jurídicos translativos de direitos reais sobre imóveis celebrados por pessoa jurídica de direito público ou a ele vinculadas”.

§ 1º Os contratos aperfeiçoados na forma do previsto no *caput* deste artigo serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, aplicando-se a estes, no que couber, o disposto no art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, inclusive no que diz respeito à necessidade de publicação resumida do seu respectivo instrumento.

§ 2º Não se aplicarão as restrições do art. 108 do Código Civil à hipótese prevista neste artigo.

**JUSTIFICATIVA**

O presente artigo busca adequar a realidade dos poderes públicos atuarem indiretamente através de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Sala das Comissões em     de julho de 2006.

Deputado Walter Feldman